

PROCESSO Nº E-20/10.906/2012 - Diogo Soares Menezes
PROCESSO Nº E-20/10.875/2012 - Marcella Bara Ferreira
PROCESSO Nº E-20/10.570/2012 - Luciene Torres Pereeira
PROCESSO Nº E-20/10.067/2012 - Tadeu Antonio Valverde
PROCESSO Nº E-20/11.198/2012 - Rafaela Ribeiro Ivo Tavares
PROCESSO Nº E-20/10.972/2012 - Ricardo Castro de Almeida
PROCESSO Nº E-20/10.336/2012 - Maria Goreti Ramos Rodrigues
PROCESSO Nº E-20/11.165/2012 - Fátima Maria Saraiva Figueiredo
PROCESSO Nº E-20/11.161/2012 - Marília Gonçalves Pimenta
PROCESSO Nº E-20/11.168/2012 - Guilherme Faislon Galvão Magalhães
PROCESSO Nº E-20/11.167/2012 - Lucia Maria Plácido de Oliveira Royo

**PLANTÃO JUDICIÁRIO-DEFIRO
DE 14/05/2012**

PROCESSO Nº E-20/11.659/2006 - Adriana Quinhões Figueira - **DEFIRO**, na forma da Lei nº 4.595/2005

DE 15/05/2012

PROCESSO Nº E-20/10.602/2002 - Alessandra Rodrigues Papa
PROCESSO Nº E-20/10.105/2010 - Ana Lucia Lage Santos
PROCESSO Nº E-20/10.797/1999 - André Luís Machado de Castro
PROCESSO Nº E-20/10.072/2010 - Anna Carolina da Costa Vieira
PROCESSO Nº E-20/10.177/1995 - Francisco Messias Neto
PROCESSO Nº E-20/10.494/2012 - Karine Esther do Livramento Rodrigues
PROCESSO Nº E-06/15.937/1984 - Marilza Coronha Pinheiro
PROCESSO Nº E-20/10.410/2012 - Paula Formoso Portilho de Carvalho
PROCESSO Nº E-20/10.663/1995 - Vladimir Jesus Laudadio de Lima

DEFIRO, NA FORMA DA LEI Nº 4.595/2005

DE 16/05/2012

PROCESSO Nº E-20/10.089/1998 - Andréa Salles Muniz
PROCESSO Nº E-20/10.844/1994 - Eliane Simas dos Santos
PROCESSO Nº E-20/10.903/1995 - Maristela Silveira de Faria
DEFIRO, NA FORMA DA LEI Nº 4.595/2005.

PROCESSO Nº E-20/11.180/2012-Fabiana Leite Sales
PROCESSO Nº E-20/10.616/2012-Anna Carolina da Costa Vieira
PROCESSO Nº E-20/11.203/2012-Carla Maria Stael de Moura Silveira
PROCESSO Nº E-20/10.166/2012-Anik Albino Quintanilha
PROCESSO Nº E-20/10.673/2012-Marília de Abreu Quaresma Leitão
PROCESSO Nº E-20/10.530/2012-Laura Julia Andrade Fontenelle
PROCESSO Nº E-20/10.797/2012-Rômulo Souza de Araújo
PROCESSO Nº E-20/10.249/2012-Aline Mara de Lacerda Beckenkamp
PROCESSO Nº E-20/10.346/2012-André Bernardes Lopes
PROCESSO Nº E-20/10.058/2012-José Ricardo Paes de Abreu
PROCESSO Nº E-20/10.617/2012-Ana Paula Calandrine Barata
PROCESSO Nº E-20/10.380/2012-Andréa Carius de Sá
PROCESSO Nº E-20/11.164/2012-Gislaine Carla Kepe Ferreira

**PLANTÃO JUDICIÁRIO-DEFIRO
DE 17/05/2012**

PROCESSO Nº E-20/11.047/2012-Paulo César Barroso
PROCESSO Nº E-20/11.086/2012-Marcos Delorme
PROCESSO Nº E-20/10.918/2012-Flávia Faleiro Costa de Andrade
PROCESSO Nº E-20/10.960/2012-Kátia Sahrp
PROCESSO Nº E-20/11.019/2012-Sylvio de Barros Imbassahy

PLANTÃO JUDICIÁRIO-DEFIRO

Id: 1314215

CONSELHO SUPERIOR

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

DELIBERAÇÃO CS/DPGE Nº 81 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011

DEFINE AS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA E TUTELA COLETIVA DA COMARCA DA CAPITAL, DA COORDENAÇÃO E DOS DEFENSORES PÚBLICOS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais definidas nos arts. 102 e 117, da Lei Complementar Federal nº 80 de 12/1994 e arts. 62 e 65 a 71 da Lei Complementar Estadual nº 06 de 12/05/1977,

CONSIDERANDO:

- que incumbe ao Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, exclusivamente através da Defensoria Pública, instituição indispensável ao exercício da cidadania e à manutenção do regime democrático, a promoção dos direitos humanos e orientação jurídica, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos mencionados na Constituição da República, na forma prevista no art. 9º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

- a autonomia administrativa, funcional e financeira prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 80/94 e na Constituição Estadual, que autoriza a Defensoria Pública a organizar-se de forma adequada a melhor realização do seu munus público;

- que a descentralização administrativa, através da criação dos núcleos especializados de atendimento, prima pela excelência e crescente aperfeiçoamento do serviço prestado e tem como escopo a prestação de atendimento cada vez mais eficaz aos hipossuficientes, para efetiva concretização do acesso à Justiça;

- a relevância, especialidade e a alta complexidade das pretensões deduzidas perante os Núcleos de Fazenda e Tutela Coletiva da Capital, fato que demanda especialização e constante atualização dos defensores públicos em atuação nos respectivos órgãos;

- que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Fazenda Pública, tem como principal objetivo a busca da ampliação do acesso à Justiça e de uma maior efetividade do processo, primando pela celeridade na solução dos conflitos;

- o grande número de ações que são ajuizadas em face das pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Pública Direta e Indireta estadual e municipal do Rio de Janeiro, em especial as que visem o acesso irrestrito à saúde (...) pela população do Município do Rio de Janeiro, com fundamento nos artigos 196 e 197 da Constituição da República e com vistas a dar cumprimento ao princípio de preservação e realização da dignidade humana;

- que o Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital, através dos seus defensores, têm o dever precípuo de preservar, proteger e restabelecer os direitos sociais, que garantam um mínimo de existência digna aos munícipes do Rio de Janeiro;

- a peculiaridade do Núcleo de Fazenda Pública que, ante o poderio dos réus em face dos quais deduz as pretensões de seus assistidos, procura garantir um acesso à justiça qualificado, a fim de equilibrar as forças das partes litigantes e efetivar, em termos processuais, o cumprimento do princípio constitucional da isonomia, de forma a estabelecer a igualdade entre as partes;

- ainda que a Administração Pública por vezes relega os direitos fundamentais a um plano secundário, praticando atos injustos e de

legalidade duvidosa, ao argumento de preservação do interesse público; e que nesses casos há de se exigir uma prestação positiva para restabelecer o direito violado buscando um equilíbrio ponderado com os bens e valores coletivos postos em conflito;

- que compete ao Defensor Público do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva observar o limite do estritamente necessário para viabilizar o cumprimento, pelo Estado, dos fins que lhe foram cometidos pela Constituição ou pela Lei, para, imediatamente combater, administrativamente ou judicialmente as ilegalidades praticadas pelo Poder Público, suas autarquias e empresas públicas;

- a atribuição especializada do respectivo órgão, diante da relevância das matérias objeto das demandas, o que impõe a participação freqüente dos defensores públicos em reuniões, palestras, trabalhos e entrevistas, com o fim de informar à população e promover o trabalho desenvolvido pelo órgão de atuação especializado;

- que o Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Comarca da Capital representa a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, perante outros Órgãos, Instituições, Associações e entidades afins, contribuindo para formação e consolidação de políticas públicas, divulgação e concretização dos direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal, Estadual e leis infraconstitucionais, que estabeleçam direitos e garantias especiais à população carente do Município do Rio de Janeiro;

- a especialidade no atendimento dos assistidos com dificuldade de locomoção, em razão da hipossuficiência material, das pessoas portadores de patologias, dos idosos, o que traduz em uma maior vulnerabilidade e fragilidade de seu estado de saúde;

- a legitimidade ativa da Defensoria Pública para ajuizamento de Ações Cíveis Públicas, diante de eventual violação dos direitos coletivos e individuais homogêneos da população do Município do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro, em razão da ineficiência de políticas públicas estatais, sejam preventivas e/ou repressivas, concedida pela Lei nº 11.448/2007, e

- a criação recente 4 (quatro) Varas de Fazenda Pública e dos I, II e III Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital, através do ATO EXECUTIVO Nº 6340/10, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, regulamentando o disposto na Lei nº 5.781 de 01 de julho de 2010, que criou os Juizados Especiais de Fazenda Pública,

DELIBERA:

ALTERAR, ESTRUTURAR, REDEFINIR, REIDENTIFICAR OS ÓRGÃOS E ALTERAR AS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS DO NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA E DA COMARCA DA CAPITAL

Art. 1º - O Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Comarca da Capital possui atribuição especializada e tem por finalidade o atendimento aos munícipes hipossuficientes do Rio de Janeiro que visem deduzir pretensões em face das Pessoas Jurídicas de Direito Público da Administração Direta e Indireta estadual e municipal, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro.

Art. 2º- As diretrizes do **NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA E TUTELA COLETIVA DA CAPITAL** são:

I - promover o acesso à justiça dos hipossuficientes, compreendendo a esfera administrativa e judicial.

II- orientar e auxiliar a sociedade civil organizada e a comunidade em geral;

III - buscar a conciliação;

IV - consultoria; esclarecimento de dúvidas; educação e informação jurídica; aconselhamento em assuntos jurídicos na defesa dos direitos individuais e coletivos;

V - fomentar os acordos com as secretarias estaduais e municipais e demais entidades públicas, a fim de conceder maior celeridade à prestação estatal, materializando uma ação preventiva adequada.

VI - identificar os pontos conflituosos e tentar obter conciliação dos interesses divergente entre os órgãos e entidades da Administração Pública, a fim de evitar a judicialização de demandas e contribuir para o encerramento de processos já existentes no Judiciário, promovendo a celeridade e a satisfação dos interessados envolvidos nessas controvérsias.

VII - propor ações civis públicas e coletivas.

VIII - buscar o cumprimento estatal dos direitos sociais que possibilitem melhores condições de vida aos mais desfavorecidos economicamente, tendentes à busca de maior isonomia das condições sociais.

IX - Peticionar visando a Proteção Internacional dos Direitos Sociais, especialmente ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Art. 3º - A atribuição territorial dos Defensores Públicos do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital é exclusiva aos munícipes do Rio de Janeiro.

Art. 4º - A atribuição dos Defensores Públicos do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital é exclusiva em matéria fazendária, ressalvadas as demandas que visem à prestação integral e irrestrita do acesso à saúde da população carente do Município do Rio de Janeiro, Registros Públicos e onde figure no pólo passivo o **DETRAN/RJ** (autarquia estadual), quando será concorrente com os Núcleos Cíveis de bairro e Núcleos Cíveis dos fórs regionais da Comarca da Capital.

§ 1º- Entende-se por demandas referentes à saúde, dentre outras, as que tenham por fim: fornecimento de medicamentos, aparelhos, materiais, utensílios, suplementos alimentares, internações, remoções, acesso a procedimentos clínicos, bem como pleitos referentes à concessão de gratuidade do transporte coletivo municipal e estadual para os portadores de doenças crônicas.

§ 2º - Incumbe ao Defensor Público do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Comarca da Capital, especialmente em matéria de registro público, em concorrência com os Defensores Públicos dos Núcleos de Bairro e Fóruns Regionais do Município do Rio de Janeiro, analisar os feitos contenciosos e administrativos, suscitar dúvidas aos notários e oficiais de registro público com fundamento nas Leis nº 6.015/73, nº 6.404/76 e Lei Estadual nº 3.350/99, propor mandados de segurança contra ato de registradores e tabeliães, requerer os pedidos de cancelamento de procuração, bem como de averbações, cancelamentos, retificações, anotações e demais atos de jurisdição voluntária, relativos a registros públicos.

§ 3º - Possui atribuição o Defensor Público do Núcleo de Fazenda Pública da Comarca da Capital, em concorrência com os Defensores Públicos dos Núcleos de Bairro e Fóruns Regionais do Município do Rio de Janeiro, todas as questões onde figure no pólo passivo o DETRAN (autarquia estadual).

§ 4º - Os Defensores Públicos dos Núcleos de Bairro e dos Fóruns Regionais, quando a atribuição for concorrente com o Núcleo de Fazenda Pública e Registros Públicos da Capital e houver recusa no atendimento à parte, deverão encaminhar o assistido para agendamento à **CRC**, acompanhado de ofício fundamentado.

Art. 5º - O Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Comarca da Capital terá atribuição exclusiva para o ajuizamento de Ações Cíveis Públicas em face da Administração Direta e Indireta, Estadual e Municipal, no âmbito do MUNICÍPIO do Rio de Janeiro.

§ 1º - Os Defensores Públicos do Núcleo de Fazenda Pública da Comarca da Capital deverão, em conjunto como coordenador, instaurar e presidir o procedimento administrativo para instrução da ação cível pública e, após sua propositura, acompanhar todos os atos processuais.

§ 2º - Os Defensores Públicos em atuação nos Núcleos de Bairro e Núcleos Regionais, identificando qualquer demanda, deverão solicitar a atuação do Núcleo da Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital.

§ 3º - Os Defensores Públicos em atuação nos Núcleos do Interior, identificando qualquer demanda coletiva relativa à área fazendária, poderão solicitar o auxílio do Núcleo da Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital.

DA ATUAÇÃO DO DEFENSOR PÚBLICO DO NÚCLEO DA FAZENDA PÚBLICA E TUTELA COLETIVA DA COMARCA DA CAPITAL:

Art. 6º - Incumbe ao Defensor Público do Núcleo especializado:

I - Atendimento e orientação especializados, individual ou coletivo, ao munícipe hipossuficiente;

II- Atuação extrajudicial, com a tentativa de solução consensual dos conflitos;

III - orientação e aconselhamento jurídico ao assistido;

IV - promover a inclusão social dos mais necessitados, individual ou coletivamente, a fim de evitar ocorrência da lesão;

V- conscientizar e educar o assistido a respeito dos seus deveres e direitos perante à Fazenda Pública;

VI- propor ações visando à tutela dos interesses e direitos individuais dos munícipes do Rio de Janeiro, no âmbito da matéria especializada;

VII - conceder entrevistas, participar de eventos, seminários, congressos, reuniões de trabalho e palestras, sob a coordenação do Núcleo de Fazenda e Registros Públicos da Capital;

VIII - buscar a uniformização do entendimento entre os Defensores Públicos em atuação no Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital e nos Núcleos de Fazenda do Interior, no tocante ao atendimento aos assistidos, bem como à propositura das ações;

IX - realizar o atendimento diário, cuja pauta será previamente elaborada pela Central de Relacionamento ao Cidadão da Defensoria Pública - **CRC**, dispensando-se o prévio agendamento em casos excepcionais e nas questões referentes ao acesso à saúde, que serão resolvidas imediatamente;

X- prestar auxílio aos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, no tocante à disponibilização de peças processuais e uniformização do entendimento das matérias;

XI- determinar e fiscalizar a distribuição das iniciais por ele redigidas, acompanhando a efetivação da tutela jurisdicional almejada, quando houver pedido de liminar ou de tutela antecipada;

XII - elaborar relatório estatístico bimestral indicando o número de ações propostas, ofícios expedidos e atendimentos realizados, e encaminhá-lo à coordenação;

XIII - participar das reuniões convocadas pela Coordenação do Núcleo;

XIV - instaurar procedimento administrativo para instrução das ações civis públicas, propô-las e acompanhar todos os atos processuais;

XV - elaborar Termos de Ajustamento de Conduta, em conjunto com a Coordenação do Núcleo da Fazenda Pública e Registros Públicos da Capital;

XVI - fomentar e participar das reuniões com as Secretarias de Saúde do município do Rio de Janeiro e estado do Rio de Janeiro, a fim de alterar e acrescentar os termos do "protocolo de intenções".

XVII - expedir ofícios aos órgãos públicos e privados;

DA REIDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO NÚCLEO DA FAZENDA PÚBLICA E TUTELA COLETIVA DA CAPITAL:

Art. 7º - O Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital compreenderá 07 (sete) órgãos de atuação, cuja atribuição será concorrente e similar para os Defensores Públicos lotados ou em exercício:

a) I NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA e TUTELA COLETIVA DA COMARCA DA CAPITAL;

b) II NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA e TUTELA COLETIVA DA COMARCA DA CAPITAL;

c) III NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA e TUTELA COLETIVA DA COMARCA DA CAPITAL;

d) IV NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA e TUTELA COLETIVA DA COMARCA DA CAPITAL;

e) V NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA e TUTELA COLETIVA E JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL;

f) VI NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA e TUTELA COLETIVA E JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL;

g) VII NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA e TUTELA COLETIVA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DA CAPITAL.

Art. 8º - Os órgãos de atuação acima referidos, exceto o primeiro, serão lotados de forma gradual e progressiva, mediante concurso de remoção.

DA COORDENAÇÃO

Art. 9º - A função de Coordenador Geral do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital é de livre nomeação do Defensor Público Geral, sem prejuízo das suas atribuições originárias, se for lotado no respectivo núcleo, e somente será afastado das suas atribuições por determinação do Defensor Público Geral e por necessidade imperiosa do serviço.

Art. 10 - As atribuições do Coordenador do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital são:

I - elaborar mensalmente o mapa de movimentação do Núcleo da Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital, de acordo com a necessidade do serviço;

II - propor ao Defensor Público Geral a escala de férias dos Defensores Públicos lotados e ou em exercício no Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital e dos seus funcionários, observando o princípio da antiguidade na carreira e necessidade do serviço;

III - indicar ao Defensor Público Geral um Defensor Público para exercer as funções do coordenador em suas faltas, licenças, afastamentos eventuais ou férias;

IV - convocar os Defensores Públicos do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital para reuniões e designá-los para a participação de entrevistas, audiências públicas, reuniões, seminários, congressos e realizações de acordos com as Pessoas Jurídicas de Direito Público da Administração Direta e Indireta estadual e municipal, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, se o coordenador estiver impossibilitado de realizá-los;

V - atuar em conjunto com os Defensores Públicos do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva na instauração do procedimento de instrução e propositura de ações civis públicas, em se tratando de matéria fazendária, sem prejuízo da atribuição própria do Defensor Público Geral;

VI - coordenar as tarefas político-jurídicas e administrativas do Núcleo da Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital;

VII - celebrar convênios, parcerias, TAC's, com prévia anuência do Defensor Público Geral;

VIII - uniformizar o entendimento do grupo através de fóruns e reuniões sobre os temas que lhes são pertinentes;

IX - atender prontamente as convocações do Defensor Público Geral;

X - agendar e presidir as reuniões com as Pessoas Jurídicas de Direito Público da Administração Direta e Indireta estadual e municipal, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro;

XI - distribuir igualmente e sucessivamente aos defensores designados os assistidos agendados junto à Central de Relacionamento ao Cidadão - **CRC**;

XII - orientar, fiscalizar e controlar os funcionários lotados no Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital.

XIII - fiscalizar e distribuir igualmente os estagiários designados para atuar no Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital;

XIV - informar o Defensor Público Geral acerca das atividades exercidas pelo órgão, com apresentação de relatório estatístico;

XV - equipar o Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva com instrumentos para o bem exercício do cargo;

DOS FUNCIONÁRIOS

Art. 11 - Os funcionários do Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva deverão obedecer, diretamente, as diretrizes do núcleo especializado, que será composto por secretários, assistente social, médico perito, estagiários e servidores concursados, a fim de velar pelo princípio da eficiência do serviço público.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Os casos omissos e excepcionais serão resolvidos pela Coordenação.

Art. 13 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução PGDP nº 134/1993.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2011

NILSON BRUNO FILHO
Presidente

CELINA MARIA BRAGANÇA CAVALCANTI
ÉLISON TEIXEIRA DE SOUZA
Conselheiros Natos

MARCELO LEÃO ALVES
AMÉRICO LUIZ DIOGO GRILO
PEDRO PAULO LOURIVAL CARRIELLO
LUIZ INACIO ARARIPE MARINHO
JORGE AUGUSTO PINHO BRUNO
MARCELO MACHADO FONSECA
Conselheiros Classistas

JOSÉ HUGO PINTO FERREIRA
Ouvidor Geral/DPGE

DELIBERAÇÃO DPGE/CS Nº 81-A DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

MODIFICA, REESTRUTURA E REDEFINE A ATRIBUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER E DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - NUDEM E ALTERA AS RESOLUÇÕES DPGE Nº 084/87 E Nº 504/09.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais definidas nos arts. 102 e 117, da Lei Complementar Federal nº 80 de 12/1994 e arts. 62 e 65 a 71 da Lei Complementar Estadual nº 06 de 12/05/1977,

CONSIDERANDO:

- que incumbe ao Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, exclusivamente através da Defensoria Pública, instituição indispensável ao exercício da cidadania, à manutenção do regime democrático, a promoção dos direitos humanos e a orientação jurídica, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, mencionados na Constituição da República e de quaisquer outros decorrentes do regime e dos princípios que ela adota e daqueles constantes dos tratados internacionais, na forma prevista no art. 9º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

- a autonomia administrativa, funcional e financeira prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 80/94, e na Constituição Estadual, que autoriza a Defensoria Pública a organizar-se de forma adequada à melhor realização do seu *múnus* público;

- que a descentralização administrativa, através da criação dos Núcleos Especializados de Atendimento, prima pela excelência e crescente aperfeiçoamento dos serviços prestados e tem como escopo a prestação de atendimento cada vez mais eficaz aos hipossuficientes, para efetiva concretização do acesso à Justiça;

- que a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 em seus art. 8º, inciso I e XXV/III determina a integração operacional da Defensoria Pública para colir a violência doméstica e familiar contra a mulher e o amplo acesso das mulheres em situação de violência aos serviços prestados pela Defensoria Pública;

- que o **NUDEM** foi criado com fim de conferir efetividade ao que dispõe os art. 30, § 1º e art. 179, § 3º, inciso V, aliena I, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

- a especificidade do trabalho desenvolvido no **NUDEM**, que exige a especialização do Defensor Público em exercício nesse órgão de atuação;

- a unidade e a indivisibilidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

- a atribuição concorrente dos diversos órgãos da Defensoria Pública no que concerne ao atendimento das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar;

- a necessidade de implementação de políticas contínuas e eficazes de prevenção e repressão à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e, ainda e

- que o art. 102, § 1º, da Lei Complementar nº 80/94, atribui ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro decidir sobre a fixação e alteração de atribuições dos órgãos de atuação,

DELIBERA:

Art. 1º - O Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher e de Vítimas de Violência - **NUDEM**, criado pela Resolução **DPGE** nº 84/97, visa garantir a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços da Defensoria Pública, em sede policial e judicial, com as seguintes atribuições:

I - a prestação de orientação jurídica, o aconselhamento e o encaminhamento a outros órgãos de atuação e instituições, públicas ou privadas;

II - o ajuizamento de medidas protetivas de urgência, de natureza cível ou criminal;

III - a deflagração de todas as ações judiciais necessárias para impedir a continuidade da violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, bem como aquelas tendentes à reparação pecuniária, à reintegração, e manutenção da posse, dentre outras, conforme o caso;

IV - a propositura de ações judiciais que versem sobre a defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência;

V - a propositura de ações coletivas para a defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos na Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

VI - solicitar esclarecimentos da equipe de atendimento multidisciplinar para defesa dos interesses das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - participar de reuniões periódicas ou extraordinárias, sempre que convocado pelo Coordenador, a fim de tratar de temas relevantes a respeito da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VIII - participar de Seminários, Congressos ou quaisquer outros eventos de caráter institucional relacionados à defesa das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, sempre que designado pelo Coordenador do **NUDEM**;

IX - participar de grupos de estudos e debates organizados pela Coordenação do **NUDEM**;

X- fomentar a atualização dos Defensores Públicos em exercício nos órgãos de atuação da Defensoria Pública vinculados a matéria, com doutrina e jurisprudência no tocante à violência doméstica e familiar contra a mulher;

XI - participar de reuniões periódicas, designadas pela Coordenadoria, com os Defensores Públicos em exercício nos órgãos de atuação da Defensoria Pública vinculados a matéria, com fim de garantir uniformidade de atuação no que diz respeito aos Direitos das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar;

XII - fiscalizar as atividades dos estagiários do **NUDEM**, com avaliação mensal do grau de interesse e assiduidade;

XIII - exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Defensor Público Coordenador do **NUDEM**, observando-se a necessidade do serviço.

§ 1º - Quando o Defensor Público em exercício no **NUDEM** entender que o caso submetido a exame não se enquadra nas hipóteses alcançadas pela sua atribuição, deverá, se for o caso, encaminhar a parte ao Defensor Público com atribuição, mediante ofício.

§ 2º - A atribuição do Defensor Público em exercício no **NUDEM** é concorrente com a dos demais Defensores Públicos em atuação nos Núcleos de Primeiro Atendimento da Defensoria Pública.

§ 3º - O encaminhamento da mulher vítima de violência doméstica a outro Núcleo de Primeiro Atendimento somente será realizado em razão de manifestação de vontade da mesma, no sentido de ser atendida no Núcleo mais próximo de sua residência.

§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, o Defensor Público em exercício no **NUDEM** deverá elaborar ofício expondo os motivos do encaminhamento.

Art. 2º - O Defensor Público Coordenador do **NUDEM**, de livre nomeação e exoneração pelo Defensor Público Geral, será afastado de sua titularidade enquanto estiver exercendo a função.

Parágrafo Único - O Defensor Público Coordenador será substituído em suas faltas, licenças, férias e impedimentos por Defensor Público cujo nome venha a recomendar ao Defensor Público Geral que, acolhendo, o nomeará.

Art. 3º - Ao Defensor Público Coordenador do **NUDEM** caberá:

I - representar o **NUDEM** perante o Defensor Público Geral, os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, órgãos da Administração Pública em Geral e Entidades Privadas ou designar Defensor Público em exercício no órgão para representá-lo;

II - manter o Defensor Público Geral informado acerca das atividades exercidas pelo órgão, com apresentação do relatório previsto no art. 5º, da Resolução **DPGE** nº 260/04;

III - realizar com os Defensores Públicos do **NUDEM** e dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar reuniões periódicas ou extraordinárias, a fim de tratar de temas relevantes a respeito da violência doméstica e familiar contra a mulher;

IV - sugerir ao Defensor Público Geral a designação de Defensor Público para representar ou participar de Seminários, Congressos ou quaisquer outros eventos de caráter institucional relacionados à defesa das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

V - opinar, quando solicitado, nos pedidos de afastamento formulados pelos Defensores Públicos do **NUDEM** para participar de cursos, eventos, seminários, palestras, congressos e congêneres relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e em outros casos que lhe sejam submetidos pelo Defensor Público Geral;

VI - elaborar e emitir à categoria comunicados técnicos sobre temas relacionados às atribuições do **NUDEM**;

VII - providenciar o aparelhamento do **NUDEM** com os recursos materiais e humanos indispensáveis ao regular exercício de suas atribuições;

VIII - supervisionar os horários e atividades dos servidores e estagiários em atuação no **NUDEM**;

IX - expedir determinações, dentro do âmbito do **NUDEM**, para regulamentar a atividade administrativa do órgão;

X - fiscalizar o cumprimento desta resolução e representar ao Corregedor-Geral da Defensoria Pública os casos em que se configure falta funcional de Defensor Público ou servidor em atuação no **NUDEM**;

XI - elaborar e remeter a sugestão de escala anual de férias dos servidores e Defensores Públicos em exercício no **NUDEM** ao órgão competente;

XII - fomentar a integração dos vários órgãos de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através de reuniões de trabalho, debates e propositura de trabalho em conjunto, de forma a otimizar e uniformizar o atendimento;

XIII - promover políticas públicas de prevenção e repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher, através de convênios com o poder público e a iniciativa privada, bem como zelar pela prorrogação e renovação dos Convênios de interesse institucional relativos ao **NUDEM**;

XIV - manter banco de dados com modelos de petições, jurisprudência, doutrina e estatística envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher;

XV - fomentar a especialização jurídica e a produção intelectual e acadêmica dos Defensores Públicos, através da realização e designação para participação em cursos, reuniões, debates, seminários, congressos e outras atividades afins;

XVI - subsidiar os Defensores Públicos no enfrentamento das questões atinentes à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

XVII - receber e compilar relatórios estatísticos dos atendimentos realizados pelos órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com atribuição na matéria Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;

XVIII - desenvolver projetos, pesquisas e cursos de capacitação ligados ao tema Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;

XIX - elaborar cartilhas informativas sobre os serviços prestados pelo **NUDEM** e os benefícios concedidos pela Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher;

XX - distribuir de forma proporcional os estagiários entre os Defensores Públicos em atuação no **NUDEM**.

Art. 6º - Revogam-se os art. 2º, caput e o §1º, §2º e §3º da Resolução **DPGE** nº 84, de 24 de novembro de 1997, arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º da Resolução **DPGE** nº 504, de 28 de julho de 2009 e demais disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2011

NILSON BRUNO FILHO
Presidente

CELINA MARIA BRAGANÇA CAVALCANTI
MARIA LUIZA DE LUNA BORGES SARAIVA
ÉLISON TEIXEIRA DE SOUZA
Conselheiros Natos

MARCELO LEÃO ALVES
AMÉRICO LUIZ DIOGO GRILO
PEDRO PAULO LOURIVAL CARRIELLO
LUIZ INÁCIO ARARIPE MARINHO
MARCELO MACHADO DA FONSECA
JORGE AUGUSTO PINHO BRUNO
Conselheiros Classistas

MARCELO DE MENEZES BUSTAMANTE
Presidente ADPERJ

JOSÉ HUGO PINTO FERREIRA
Ouvidor Geral/DPGE

DELIBERAÇÃO CS/DPGE Nº 82 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

DEFINE A ATRIBUIÇÃO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS E DA COORDENADORIA DO NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais definidas nos arts. 102 e 117, da Lei Complementar Federal nº 80 de 12/1994 e arts. 62 e 65 a 71 da Lei Complementar Estadual nº 06 de 12/05/1977.

CONSIDERANDO:

- que o pleno exercício da autonomia disposta em sede constitucional impõe a adoção de medidas administrativas, visando à otimização da prestação contínua e ininterrupta do serviço de assistência jurídica integral e gratuita aos juridicamente necessitados;

- que a descentralização administrativa, através da criação dos Núcleos Especializados de Atendimento, prima pela excelência e crescente especialização dos serviços prestados e tem como escopo a prestação de atendimento cada vez mais eficaz aos hipossuficientes, para efetiva concretização do acesso à Justiça;

- que incumbe ao Estado prestar assistência jurídica e integral e gratuita aos necessitados, exclusivamente através da Defensoria Pública, instituição indispensável ao exercício da cidadania, à manutenção do regime democrático, a promoção dos direitos humanos e a orientação jurídica, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos mencionados na Constituição da República e de quaisquer outros decorrentes do regime e dos princípios que ela adota e daqueles constantes dos tratados internacionais, na forma prevista no art. 9º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

- que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, contemporânea da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no exercício de seu *múnus*, sempre se pautou na implementação e garantia do exercício dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais importante vertente dos Direitos Humanos, caracterizando-se historicamente pela atuação pioneira e democrática, contra todas as formas de violência, discriminação, intolerância, autoritarismo e opressão;

- a expressiva demanda, os inúmeros atendimentos e acompanhamento de medidas administrativas e judiciais na defesa das vítimas de violação de Direitos Humanos pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, exercendo a atuação e fiscalização *in loco*, através do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos criado pela Resolução **DPGE** nº 260, de 12 de fevereiro de 2004;

- que, nos termos do art. 3º-A da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 são objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais e a prevalência e efetividade dos direitos humanos;

- a relevância que a Lei Complementar nº 132, de 07 de outubro de 2009, atribuiu à promoção, conscientização e defesa dos Direitos Humanos, inclusive entregando à Defensoria Pública as funções institucionais de promover prioritariamente a solução extrajudicial de litígios, de promover a conscientização dos direitos humanos, de postular perante órgãos internacionais de direitos humanos, de ajuizar ação civil publica ou de qualquer outra espécie de ação capaz de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes, além da missão de promover a mais ampla defesa de todo e qualquer direito fundamental dos necessitados;

- que são características dos direitos humanos a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação, com origem comum na dignidade e valor inerente à pessoa humana, sujeito de central dos direitos humanos e liberdades fundamentais;

- a inexistência da divisão dos direitos humanos em direitos de natureza cível e natureza criminal, sendo esta compartimentação justificada tão somente pela necessidade de se organizar a forma de execução das atribuições previstas na Resolução **DPGE** nº 260, de 12 de fevereiro de 2004 que criou o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (**NUDEDH**), e de se preservar a continuidade de todos os programas em andamento no referido órgão;

- a Resolução **DPGE** nº 414, de 19 de setembro de 2007, que reidentificou e criou órgãos na estrutura administrativa da Defensoria Pública, somada à necessidade de se dividir os órgãos das Defensorias Públicas de Direitos Humanos em órgãos de atribuição preferencialmente criminal e de atribuição preferencialmente cível e

- que o art. 102 *caput* e §1º da Lei Complementar nº 80/94 atribui ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro o caráter normativo e decidir sobre a fixação ou alteração de atribuições dos órgãos de atuação;

DELIBERA:

Art. 1º - O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública (**NUDEDH**), criado pela Resolução nº 260, de 12 de fevereiro de 2004, é composto por uma Coordenadoria, uma Sub-coordenadoria, equipe técnica multidisciplinar e pelos órgãos de atuação identificados como Defensorias Públicas do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.

Art. 2º - As atribuições das Defensorias Públicas do **NUDEDH** são as definidas na Resolução **DPGE** nº 260, de 12 de fevereiro de 2004 e especificadas nesta Resolução, conforme os programas em execução no **NUDEDH**, sem prejuízo de outras que lhe sejam conferidas por Lei ou inerentes a temática.

§ 1º - Os Defensores Públicos em exercício no **NUDEDH** atuarão em todos os programas e zelarão pelo permanente intercâmbio de informações, documentando todas as suas atividades.

§ 2º - Os Defensores Públicos em atuação no Núcleo de Direitos Humanos deverão cumprir os compromissos e as metas estabelecidas no Plano de Trabalho anual, na forma definida pelo Coordenador, bem como apresentar relatórios trimestrais das atividades desempenhadas em seu âmbito de atuação.

§ 3º - Em quaisquer hipóteses relacionadas a direitos humanos, o **NUDEDH** atuará como centro de produção destinado a fornecer apoio aos Defensores Públicos com atribuição concomitante ou similar.

Art. 3º - A atuação do **NUDEDH** tem índole coletiva, implicando no atendimento de representantes de movimentos sociais, de entidades da sociedade civil, de pessoas jurídicas formadas por pessoas hipossuficientes, de lideranças de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, nas demandas coletivas para a defesa de direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Parágrafo único - O **NUDEDH** em sua índole coletiva, promoverá a difusão e a conscientização dos direitos humanos dentro da própria Instituição, como em projetos de educação de direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico junto à sociedade civil, preferencialmente por intermédio da Fundação Escola da Defensoria Pública, sendo destinatários os hipossuficientes.

Art. 4º - A atuação do **NUDEDH** terá índole individual, quando se tratar de uma das seguintes hipóteses:

I - litígio estratégico;

II - caso individual de grave violação de direitos humanos e de proteção internacional;

III - vítima que se encontre em situação de especial vulnerabilidade a justificar o atendimento do **NUDEDH**;

Art. 5º - O **NUDEDH** monitorará o cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (**PNDH 3**), no que tange à valorização da diversidade presente na população brasileira para estabelecer acesso igualitário aos direitos fundamentais por todos os grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Art. 6º- O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública (**NUDEDH**) terá seu coordenador nomeado pelo Defensor Público Geral, que será afastado de sua titularidade enquanto estiver exercendo a função.

Art. 7º- São atribuições do Defensor Público Coordenador do **NUDEDH**:

I - representar institucionalmente o **NUDEDH** perante o Defensor Público Geral, os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, órgãos da Administração Pública em Geral e Entidades Privadas ou designar Defensor Público em exercício no órgão para representá-lo;

II - apresentar ao Defensor Público Geral, relatórios trimestrais das atividades exercidas pelo órgão;

Ato de 07 11 1994 – **THEMISTOCLES AMÉRICO CALDAS PINHO**, matrícula nº 160 596-3 Fica esclarecido que o servidor a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 13 08 1996 – **TEREZINHA CARVALHO MACHADO**, matrícula nº 84 577-4 Fica esclarecido que o servidor a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 20 05 1986 – **THEREZINHA DE JESUS DA SILVA PIMENTEL**, matrícula nº 13 347 7 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 27 10 1993 – **THEREZINHA LIMA PAUL**, matrícula nº 115 556-3 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 30 09 1999 – **UBYRAJARA PINHEIRO**, matrícula nº 1 063 984-7 Fica esclarecido que o servidor a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 03 10 1991 – **VALDIMARINA SALVADORA NUNES TAVARES**, matrícula nº 126 384-7 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 07 06 2003 – **VALTER PEREIRA BARROS**, matrícula nº 24/2734 2 Fica esclarecido que o servidor a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 08 12 2003 – **VANIA ALEXANDRA RAULINO DE MOURA R. ROCHA**, matrícula nº 176 062-8 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 04 03 1994 – **VANIA FREITAS PIRES DA SILVA**, matrícula nº 136 145-0 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 22 10 2003 – **VANIA MASCARENHAS FIGUEIREDO**, matrícula nº 24/301 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 19 07 1995 – **VERA CONRADO MAES**, matrícula nº 1 062 077-1 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 01 06 1995 – **VERA LUCIA CASTÁNHEIRA DE AZEVEDO**, matrícula nº 292 129-4 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 22 10 1993 – **VERA LUCIA DE MELLO**, matrícula nº 1 140486-0 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 08 06 2000 – **VERA LUCIA PASTANA DE GOES**, matrícula nº 814 797 7 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 28 04 1999 – **VERA REGINA COSTA DUMITH**, matrícula nº 1 150496-6 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente

Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006, observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 25 03 1989 – **VICENTE FERREIRA PORTO**, matrícula nº 800 308-9 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 25 07 2000 – **VICTORIA SALEM DE MORAES**, matrícula nº 16/2 106 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 03 08 2004 – **VITORIA REGINA DA CUNHA C DE M. MARQUES**, matrícula nº 16/2 107 1 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 13 07 1992 – **WANDERLEY SOARES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 16/2 629 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 03 06 1991 – **YARA SOARES BESSA NOGUEIRA**, matrícula nº 82 412 8 Fica esclarecido que o servidor a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 18 04 1991 – **YVES MEXAS CORREA**, matrícula nº 3 841-4 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 10 05 2006 – **YVONNE FRANCO PARKES**, matrícula nº 1 144 003-9 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 20 05 1996 – **ZAIR NASCIMENTO**, matrícula nº 10/337 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 24 10 1990 – **ZELITA BRASIL DA SILVA**, matrícula nº 11 697-0 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 19 06 2006 – **ORLANDO DA SILVA CARNEIRO**, matrícula nº 16/1 353-2 Fica esclarecido que o servidor, a quem se refere o presente Ato de Aposentadoria, terá como base de cálculo para seus proventos de inatividade o valor correspondente ao cargo de Assistente Jurídico de Categoria Especial conforme reestruturação prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 4 788 de 29 06 2006 observando-se as disposições contidas no art. 4º e no § 2º do art. 1º do mesmo diploma legal com validade a contar de 1º de julho de 2006

Ato de 14 02 2007 – **ANA PAULA DA SILVA NASCIMENTO** "Tendo em vista o que consta do processo nº E-14/3 196/2007 fica esclarecido que o CPF da servidora a quem se refere o presente ato de nomeação é 058 520 007-60 e não como constou "

DESPACHOS DA PROCURADORA-ASSISTENTE DE 06 03 2007

Proc nº E-14/3 404/2007 – **JOSÉ LUIZ GOMES TALARICO** Assistente Jurídico matrícula nº 360 412 1 Louvada nas informações da Assessoria de Recursos Humanos e de acordo com o disposto no art. 129 do Decreto nº 2 479/79 concedo 12 (doze) meses de licença-prêmio referentes aos períodos base de 06/04/1985 a 04/04/1990 05/04/1990 a 04/04/1995 05/04/1995 a 03/04/2000 e 04/04/2000 a 02/04/2005

Proc nº E-14/4 754/2001 – **OLÍVIA RICCI DA SILVA FLORINDO** Assistente Jurídico matrícula nº 196 511-0 Louvada nas informações da Assessoria de Recursos Humanos e de acordo com o disposto no art. 129 do Decreto nº 2 479/79 concedo 03 (três) meses de licença-prêmio relativa ao período base de 30/01/2001 a 27/02/2006

DE 07 03 2007

Proc nº E 14/35 682/1998 – **MARIA DE FÁTIMA BARROS SOUSA** Assistente Jurídico matrícula nº 192 823 3 Louvada nas informações da Assessoria de Recursos Humanos e de acordo com o disposto no art. 129 do Decreto nº 2 479/79 concedo 03 (três) meses de licença-prêmio referente ao período base de 21/02/2002 a 19/02/2007

Proc nº E 14/2 841/2007 – **ANGELA MARIA MUGLIA QUENTAL** Assistente Jurídico matrícula nº 13/70 661 Louvada nas informações da Assessoria de Recursos Humanos e de acordo com o disposto no artigo 2º da Lei nº 1 522/89 com a redação que lhe deu o artigo 6º da Lei nº 1 608/90 a requerente faz jus ao percentual de 40% referente ao 7º tñênio a contar de 05 01 2003

Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE

<http://www.dpge.rj.gov.br>

ATOS DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL

RESOLUÇÃO DPGE Nº 382

DE 07 DE MARÇO DE 2007

INSTITUI NO AMBITO DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO DE COORDENADORIAS DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS

O DEFENSOR PUBLICO GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a função precípua da Defensoria Publica de garantir o acesso a justiça prestando assistência jurídica integral ao hipossuficiente

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 11 44807 que alterou a Lei nº 7 347/85 e incluiu a Defensoria Publica no rol dos legitimados para a propositura da Ação Civil Publica

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da atuação dos órgãos da Defensoria Publica do Estado do Rio de Janeiro para a condução do processo coletivo visando uma uniformização e otimização do exercício das atividades

CONSIDERANDO a complexidade do procedimento que permeia todo o processo coletivo

CONSIDERANDO a necessidade de uma atuação de forma integrada entre os órgãos da Defensoria Publica e a necessidade da criação de banco de dados para gerenciamento das atividades

RESOLVE

Art 1º Criar no âmbito da Defensoria Publica as Coordenadorias de Interesses e Direitos Coletivos (CIDC) vinculadas aos Núcleos Especializados conforme Anexo

§ 1º Os Defensores Publicos Coordenadores dos Núcleos Especializados serão responsáveis pelas Coordenadorias previstas no caput de acordo com suas atribuições e na forma do Anexo

§ 2º - As Coordenadorias de Interesses e Direitos Coletivos (CIDC) tem atribuição territorial em todo o Estado do Rio de Janeiro

Art 2º Compete aos Defensores Publicos integrantes das Coordenadorias de Interesses e Direitos Coletivos

I – propor e acompanhar as ações civis publicas no ambito de sua atribuição e especialização

II – firmar os termos de ajustamento de conduta isoladamente ou em conjunto com outros defensores

III – realizar o atendimento e aconselhamento dos interessados que demonstrem pertinencia com o tratamento coletivo

IV – prestar assistencia as associações populares vinculadas as suas areas especializadas quando seus membros forem ao menos em parte hipossuficientes

Art 3º - Na hipótese de dano de interesse exclusivamente local a atribuição para propositura da ação civil publica sera do Defensor Publico em exercicio no Nucleo Cível de Primeiro Atendimento da respectiva comarca

§ 1º - O Defensor Publico em exercicio no Nucleo Cível de Primeiro Atendimento que tomar conhecimento de fato que constitua ameaça e lesão a interesses ou direitos difusos coletivos ou individuais homogêneos deverá comunicá-lo no prazo maximo de 48 horas por ofício a Corregedoria Geral bem como informar as providencias adotadas

§ 2º O Defensor Publico em exercicio no órgão de atuação em que tramitar a ação civil publica deverá manter atualizadas as informações de todo processado

§ 3º - O Defensor Publico em exercicio no Nucleo Cível de Primeiro Atendimento poderá preferindo suscitar justificadamente a atuação em conjunto ou isoladamente das Coordenadorias de Interesses e Direitos Coletivos para a instauração do procedimento de instrução (PI) ou mesmo para a propositura da ação civil publica

Art. 4º - O Defensor Publico integrante da Coordenadona de Interesse e Direito Coletivo e aquele em exercicio no Nucleo Cível de Primeiro Atendimento na hipótese de dano exclusivamente local deverão antes da propositura da ação civil publica empreender esforços para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

§ 1º - O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá sempre ser firmado em conjunto com a Coordenação Especializada e Assessoria Jurídica do Defensor Publico Geral

§ 2º - De acordo com a relevância da materia ou interesse institucional o Defensor Publico Geral poderá designar especialmente Defensor Publico para concorrer na celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Art. 5º - O Defensor Publico deverá zelar para a melhor instrução da ação civil publica inclusive se necessário e consoante as peculiaridades do caso concreto promover procedimento de instrução (PI) adotando todas as diligências para a efetiva comprovação da ameaça ou lesão ao interesse ou direito tutelado

Art. 6º - O Defensor Publico que iniciar procedimento de instrução de fato que possa deflagrar a propositura de ação civil publica comunicará a existência do procedimento à Corregedoria Geral de forma a impedir a concomitância de atuações

Art 7º - Inaugurado o procedimento de instrução no caso de seu arquivamento ou a sua paralisação pelo prazo de 180 dias sem a proposição da ação civil pública, deverá o Defensor Público comunicar a **Corregedoria** Geral que, após ouvido o coordenador temático, poderá determinar o prosseguimento no âmbito da coordenação ou o encerramento definitivo, sendo essa última decisão levada ao conhecimento do Conselho Superior.

Art 8º - A Corregedoria Geral deverá manter banco de dados informatizado e atualizado das ações propostas, termos de ajustamento de conduta e procedimentos de instrução.

Art 9º - Os coordenadores de interesses e direitos coletivos, os assessores do Defensor Público Geral e os assessores da Corregedoria Geral comporão um colegiado que se reunirá periodicamente sob a presidência de um de seus membros.

§ 1º - A presidência do colegiado será exercida por cada coordenador alternadamente, observada a ordem do anexo, por período improrrogável de 06 meses.

§ 2º - O colegiado poderá ser instado a se reunir por qualquer de seus membros pelo Defensor Público Geral ou por terceiro interessado, este último justificadamente.

§ 3º - Compete ao colegiado a definição das estratégias de atuação específica para a proposição de ação civil pública e promover o aprimoramento contínuo dos métodos utilizados para resolução restaurativa dos conflitos coletivamente considerados.

§ 4º - O colegiado dotado de *status* consultivo encaminhará à Corregedoria Geral, mediante parecer, os conflitos eventualmente surgidos na aplicação da presente resolução ou nos casos omissos.

Art. 10 - A Administração Superior da Defensoria Pública disponibilizará os meios técnicos e estruturais para a implementação do disposto nesta resolução.

Art. 11 - Esta resolução, em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2007

JOSÉ RAIMUNDO BATISTA MOREIRA
DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

ANEXO A RESOLUÇÃO DPGE Nº 382/2007

1ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS CONSUMIDOR	NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON
2ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS CRIANÇA E ADOLESCENTE	COORDENADORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CDECA
3ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS IDOSO E DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS	NÚCLEO DO IDOSO E DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - NEAPI/NUFOND
4ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS DEFESA COMUNITÁRIA, CIDADANIA E AMBIENTE	NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS - NUDEDH
5ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS SAÚDE PÚBLICA E ASSUNTOS FAZENDÁRIOS	NÚCLEO DE FAZENDA
6ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS - TERRAS E HABITAÇÃO	NÚCLEO DE TERRAS E HABITAÇÃO
7ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS - LOTEAMENTOS	NÚCLEO DE LOTEAMENTOS
8ª COORDENADORIA DE DEFESA DE INTERESSES E DIREITOS COLETIVOS DIREITO CRIMINAL E PENITENCIÁRIO	NÚCLEO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - SISPEN

RESOLUÇÃO DPGE Nº 383

DE 07 DE MARÇO DE 2007

DISPÕE E APROVA O REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O **DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o advento da Lei Complementar nº 112 de 2006, publicada no Diário Oficial de 20 de junho de 2006, que alterando a Lei Complementar nº 06 de 12 de maio de 1977 instituiu a Ouvidoria Geral como órgão auxiliar da Defensoria Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as atividades da Ouvidoria Geral, que constitui importante instrumento de aperfeiçoamento institucional;

CONSIDERANDO que a Ouvidoria Geral é órgão auxiliar e de acompanhamento da fiscalização da atividade funcional dos membros e servidores da Defensoria Pública, cuja atribuição não pode conflitar com as competências definidas por lei à Corregedoria-Geral;

RESOLVE

Art 1º - Fica aprovado o Regimento Interno da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, na forma do anexo.

Art 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2007

JOSÉ RAIMUNDO BATISTA MOREIRA
DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

ANEXO A RESOLUÇÃO DPGE Nº 383/2007

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 1º - A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões e mecanismos de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela Instituição, além do fortalecimento da cidadania.

Art 2º - A Ouvidoria detém independência funcional com relação a todos demais órgãos da Defensoria Pública, atuando em regime de cooperação com eles sem relação de hierarquia funcional.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Art 3º - Compete à Ouvidoria as seguintes atribuições:

- receber e emitir manifestação sobre denúncias, reclamações, críticas, comentários, elogios, pedidos de providências, sugestões e quaisquer outros expedientes que lhe sejam encaminhados acerca dos serviços e das atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública, seus membros e servidores, encaminhando-as ao Defensor Público Geral e/ou à Corregedoria-Geral;
- formular proposta aos órgãos e setores administrativos da Defensoria Pública para a adoção de medidas e providências que julgar pertinentes e necessárias ao aperfeiçoamento das atividades por eles desenvolvidas, visando ao adequado atendimento da população hipossuficiente e à otimização da imagem institucional;
- promover, em conjunto com a Corregedoria Geral, a realização de reuniões de trabalho com os órgãos da Administração e de execução, conforme o caso, inclusive com outros órgãos públicos e privados;
- coordenar e executar os serviços vinculados à área de sua atuação, provendo os meios necessários à adequada e eficiente prestação das atividades funcionais;
- promover, consultado o Defensor Público Geral, articulação com outros organismos públicos e privados, visando a melhoria da prestação de serviço da Defensoria Pública;
- manter os interessados informados sobre medidas adotadas e resultados obtidos pela Defensoria Pública, salvo nos casos em que a lei imponha o dever de sigilo;
- divulgar o seu papel institucional à sociedade;
- encaminhar relatório trimestral das suas atividades até o último dia do mês subsequente ao Defensor Público Geral;
- apresentar relatório geral anual das atividades da Ouvidoria;
- desenvolver outras atribuições compatíveis com a sua finalidade.

Art 4º - Os expedientes dirigidos à Ouvidoria não possuem limitação temática e poderão ser feitos pessoalmente ou por meio dos canais de comunicação eletrônicos, postais, telefônicos ou outros de qualquer natureza.

§ 1º - Não serão admitidos expedientes acobertados pelo anonimato.

§ 2º - A critério do Ouvidor, as informações que, apesar de anônimas, possam interessar a órgão de execução da Defensoria Pública, poderão ser recebidas e repassadas ao órgão respectivo.

§ 3º - As manifestações dirigidas à Ouvidoria, para efeito de estatística e relatório, serão classificadas atendendo aos critérios de:

- quanto aos meios de acesso;
- quanto à natureza da manifestação;
- quanto aos órgãos e agentes atingidos por denúncias, críticas, reclamações e elogios;
- quanto à natureza das questões suscitadas nas denúncias, críticas e reclamações;
- quanto às decisões e aos encaminhamentos da Ouvidoria.

Art. 5º - Todos os expedientes formalmente encaminhados à Ouvidoria serão registrados em banco de dados e, quando não puderem ser respondidos imediatamente, formarão procedimentos numerados sequencialmente.

§ 1º - Quando se tratar de manifestação verbal, as Assessorias da Ouvidoria deverão providenciar a redução a termo.

§ 2º - O interessado será informado, para fins de acompanhamento do número do protocolo recebido pela respectiva manifestação, na Ouvidoria.

Art 6º - Registrado e arquivado o procedimento, o Ouvidor, após parecer da Assessoria, decidirá fundamentadamente:

- arquivar de plano, caso a matéria seja manifestamente improcedente, não tenha relevância para a Defensoria Pública ou reclame providências incompatíveis com as possibilidades legais da Ouvidoria;
- avaliar a procedência da reclamação, sugestão, críticas, elogios ou quaisquer manifestações contra servidores ou membros da Defensoria Pública, encaminhando-as ao Defensor Público Geral e/ou à Corregedoria-Geral para a adoção das providências para a solução dos problemas apresentados;
- remeter aos órgãos competentes as reclamações, críticas, comentários, elogios, pedidos de providências, sugestões e quaisquer outros expedientes que lhe sejam encaminhados acerca dos serviços e das atividades desempenhadas por órgãos alheios à Defensoria Pública.

§ 1º - No cumprimento do inciso II, o Ouvidor e/ou Assessores primeiramente entrevistarão o reclamante para o levantamento de todos os dados e informações para o esclarecimento do fato e fixação de responsabilidades, reduzindo a termo as declarações.

§ 2º - Após o levantamento dos dados e informações, encaminharão, para a preservação da veracidade e do contraditório, o Defensor Público ou servidor apontado, será instado a se manifestar acerca do fato.

§ 3º - Nas hipóteses de encaminhamento do feito a órgão da Defensoria Pública, deverá o seu responsável informar à Ouvidoria as providências adotadas.

Art. 7º - Compete ao Ouvidor Geral:

- recorrer ao Conselho Superior da Defensoria Pública contra a decisão de arquivamento de procedimentos disciplinares iniciados por sua provocação;
- usar da palavra nas reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública nos procedimentos disciplinares iniciados por sua provocação, sem direito a voto;
- elaborar o Regimento Interno e o Manual de Procedimentos da Ouvidoria, submetendo-os à aprovação do Defensor Público Geral.

Art 8º - Os órgãos que integram a estrutura organizacional da Defensoria Pública devem prestar o apoio necessário ao desempenho das atividades funcionais da Ouvidoria e as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados pelo Ouvidor, salvo nos casos em que a lei assegure o dever de sigilo.

§ 1º - Não se tratando de caso de sigilo, as informações, depois de recebidas e analisadas pela Ouvidoria, poderão ser repassadas a outros órgãos e ao interessado.

§ 2º - A omissão injustificada no atendimento às solicitações da Ouvidoria ou o cerceamento das atividades inerentes ao exercício de suas atribuições, depois de ter sido dada oportunidade de manifestação aos interessados, poderão, a juízo do Ouvidor, ser comunicados ao Defensor Público Geral e/ou à Corregedoria-Geral.

Art 9º - O Ouvidor comunicará as providências adotadas e encaminhará as informações solicitadas aos interessados em linguagem didática e acessível.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA

Art. 10 - A Ouvidoria é composta pelo Ouvidor e por 2 (duas) Assessorias.

Parágrafo único: Para fins administrativos, a Ouvidoria vincula-se ao Gabinete do Defensor Público Geral.

Art 11 - As funções de Ouvidor são exercidas por membro da Defensoria Pública, escolhido na forma da lei.

Art 12 - O membro da Defensoria Pública exerce a função de Ouvidor com **prejuízo** das atribuições de defensor público, sendo considerado o tempo como de efetivo exercício.

Art 13 - Compete ao Ouvidor chefiar a Ouvidoria, praticando todos os atos administrativos e executivos a ela referentes e representando a junto à sociedade e ao Estado.

Art 14 - As Assessorias da Ouvidoria serão ocupadas preferencialmente por membros da Defensoria Pública, com prejuízo das atribuições de defensor público, sendo considerado o tempo como de efetivo exercício.

Parágrafo único: A indicação dos ocupantes das assessorias é de exclusiva competência do Ouvidor Geral.

Art 15 - São atribuições das Assessorias da Ouvidoria:

- receber as denúncias, reclamações, correspondências e expedientes, dirigir e coordenar os trabalhos de apuração dos fatos, encaminhando-os com parecer ao Ouvidor;
- promover as necessárias diligências visando ao esclarecimento da questão em análise, inclusive a convocação das pessoas envolvidas no evento objeto da apuração, qualificando-as e inquirindo-as, reduzindo a termos suas declarações;
- abrir, registrar, autenticar, encerrar e zelar pela atualização dos livros, os procedimentos, os arquivos e a documentação da Ouvidoria;
- assessorar os trabalhos gerais da Ouvidoria, sugerindo medidas no interesse das atividades da Defensoria Pública;
- elaborar e encaminhar expedientes;
- fornecer certidões dos atos da Ouvidoria a quem solicitar;
- administrar e inserir em sistema eletrônico próprio, traduzindo-lhes o conteúdo e os dados essenciais, as manifestações dirigidas à Ouvidoria;
- redigir pareceres, relatórios, despachos, correspondências e outros documentos, submetendo os respectivos textos à consideração do Ouvidor;
- exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Art 16 - A Ouvidoria observará, no desenvolvimento de suas atividades, inclusive atendimento ao público, o horário oficial de funcionamento da Defensoria Pública Geral.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 17 - O Defensor Público Geral assegurará a estrutura administrativa necessária ao funcionamento da Ouvidoria da Defensoria Pública.

Art 18 - As dúvidas que surgirem na execução deste Regimento, assim como os casos omissos, serão resolvidos pelo Ouvidor, consultado o Defensor Público Geral.

Art 19 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Pio de Janeiro, 07 de março de 2007

JOSÉ RAIMUNDO BATISTA MOREIRA
DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

DE 07.03.2007

Designa os Exm^{as} Srs Defensores Públicos Drs **DENIS ANDRADE SAMPAIO JUNIOR** e **LEONARDO ROSA MELO DA CUNHA** para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem nos autos do processo nº 2007.202.001808-4, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Regional Madureira, a partir de 08/03/2007.

Designa a Exm^a Sr^a Defensora Pública Dr^a **ANA CRISTINA MAIA DE MENDONÇA** para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar em concomitância com o Exm^o Sr Defensor Público natural na Defensoria Pública do Núcleo de Atendimento de Família de Alcântara, a partir de 08/03/2007.

Inclui na tabela de plantão do dia 03/03/2007, sábado, na 3ª Vara Cível do Meier, o Exm^o Sr Defensor Público Dr **CARLOS FELIPE BENATI PINTO**, excluindo a Exm^a Sr^a Defensora Pública Dr^a **ADRIANA ARAÚJO JOÃO**.

Considera designado o Exm^o Sr Defensor Público Dr **FILIPE MATOS MONTEIRO DE CASTRO** para atuar no Plenário do Tribunal do Juri da 2ª Vara de Cachoeiras de Macacu, dia 14/02/2007, 4ª feira, às 9 horas, em favor de Francislane Silva de Oliveira, processo nº 2002.012.001269-1.

Considera incluída na tabela de plantão do dia 21/02/2007, 4ª feira, na 3ª Vara Cível de Nova Friburgo, a Exm^a Sr^a Defensora Pública Dr^a **MARIA FERNANDA JUNQUEIRA AYRES MANSO CABRAL**, excluindo a Exm^a Sr^a Defensora Pública Dr^a **CARLA MARIA STAEL DE MOURA SILVEIRA**.

Considera incluída na tabela de plantão do dia 01/01/2007, 2ª feira, na 1ª Vara Cível de Teresópolis, a Exm^a Sr^a Defensora Pública Dr^a **FLÁVIA FALEIRO COSTA DE ANDRADE**, excluindo o Exm^o Sr Defensor Público Dr **CHRISTIANO OTTONI DE LUNA FREIRE C. DO AMARAL**.

Considera incluída na tabela de plantão do dia 03/02/2007, sábado, na 3ª Vara Cível de Itaguaí, a Exm^a Sr^a Defensora Pública Dr^a **MABEL NEVES ARCE**, excluindo a Exm^a Sr^a Defensora Pública Dr^a **THAIS DA FRANCA SILVA**.

DESPACHOS DO 2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL

DE 07/03/2007

Proc. nº E-20/10.688/2007 – Tiago Fernandes de Barros, Proc. nº E-20/10.684/2007 – João Helvelcio de Carvalho, Proc. nº E-20/10.683/2007 – Moacy Martins Pereira, Plantão Judiciário Defiro.



DEFENSOR PÚBLICO
GERAL DO ESTADO
Nilson Bruno Filho

ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO
Celina Maria Bragança Cavalcanti

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO
Maria Luiza de Luna Borges Saraiva

CHEFIA DE GABINETE
Fábio Brasil de Oliveira

CORREGEDORIA GERAL
Elison Teixeira de Souza

SUBCORREGEDORIA GERAL
Carlos Pereira Neto

COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO
Geórgia Vieira Pintos Cabeços

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Rafaela Ribeiro Ivo Tavares

DIRETORIA GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
Rodrigo Duque Estrada Roig Soares

COORDENADORIA GERAL DO ESTÁGIO FORENSE
Daniele Duarte Sambugaro

OUVIDORIA GERAL
José Hugo Pinto Ferreira

ASSESSORIA CÍVEL
Letícia de Camargo Millen Portugal Compasso
Diego Brilhante de Albuquerque Miranda
Karen Cristina Santiago Micolí Duarte
Cecília Kerr Gioia Souto Maior
Ivana Taveira Fulchi

ASSESSORIA CRIMINAL
Antonio José Sampaio Santos

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DE ASSUNTOS
PARLAMENTARES
Fábio Brasil de Oliveira

COORDENADORIAS ESPECIALIZADAS

NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - *Larissa Elias Guimarães Davidovich*

COORDENADORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE - *Vanessa Silveira Gaio do Nascimento*

NÚCLEO DE FAZENDA PÚBLICA - *Fabício El-Jaick Rapozo*

NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA E DA
PESSOA IDOSA - *João Henrique Vianna Rodrigues*

NÚCLEO DESPECIAL DE ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE
VIOLÊNCIA - *Sula Caixeiro Omari*

NÚCLEO DE ATENDIMENTO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO - *Felipe
Lima de Almeida*

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - *Henrique Guelber
de Mendonça*

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SEGURANÇA
DA POSSE - *Francisco Alves da Cunha Horta Filho*

NÚCLEO DE DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS
HOMOFATIVOS - *Luciana Mota Gomes de Souza*

DEFENSORIA PÚBLICA

www.dpge.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral 1

Atos da Defensoria Pública-Geral

ATOS DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL

RESOLUÇÃO DPGE Nº 645 DE 01 DE AGOSTO DE 2012

TRANSFORMA SEM AUMENTO DE
DESPESA O CARGO EM COMISSÃO QUE
MENCIONA.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO:

- que a Defensoria Pública goza de autonomia administrativa e financeira, nos exatos termos do Disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 06, de 12.05.77 e na alínea "b" do inciso I do art. 181 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e

- a necessidade de adequação da estrutura administrativa desta Defensoria Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Transformar, sem aumento de despesa, 01 (um) cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA, símbolo DAS-8, da Estrutura Básica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Resolução DPGE nº 368, de 10.01.2007, e alterado pela Resolução DPGE nº 460, de 05.08.2008, em 01(um) cargo em comissão de COORDENADOR DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA, símbolo DAS-8, para compor a Estrutura Básica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2012

NILSON BRUNO FILHO
Defensor Público Geral do Estado

RESOLUÇÃO DPGE Nº 646 DE 01 DE AGOSTO DE 2012

CRIA O CARTÓRIO UNIFICADO DE TUTELA COLETIVA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ESTABELECE REGRAS DE PROCESSAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INSTRUÇÃO.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- a autonomia administrativa, funcional e financeira prevista na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 80/94 e na Constituição Estadual, que autoriza a Defensoria Pública a organizar-se de forma adequada à melhor realização do seu múnus público;

- que, consoante às normas enunciadas no art. 4º, inciso VIII da Lei Complementar nº 80/94, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 132/2009 é função institucional da Defensoria Pública promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

- a nova redação do art. 5º da Lei nº 7.347/85, dada pela Lei nº 11.448/2000, incluindo a Defensoria Pública como legitimada para a propositura da ação civil pública;

- que o Defensor Público deve zelar pela melhor instrução da ação civil pública, promovendo a abertura de procedimento de instrução, adotando todas as diligências necessárias para a efetiva comprovação da ameaça ou lesão ao interesse ou direito difuso, coletivo ou individual homogêneo tutelado;

- que a boa instrução é fundamental para o exercício responsável da Ação Civil Pública, evitando-se lides temerárias, fadadas ao insucesso;

- a necessidade de se conceder apoio aos Núcleos Especializados para o rápido e eficiente processamento dos Procedimentos de instrução; e

- que o apoio aos Núcleos Especializados, através de um cartório único, além de otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais da DPGE-RJ, possibilita uma atuação uniforme e padronizada da instituição na seara coletiva;

RESOLVE:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO

Art. 1º - O Cartório Unificado de Tutela Coletiva constitui-se num pólo de apoio administrativo aos Núcleos Especializados, com o objetivo de promover o processamento dos procedimentos de instrução, bem como a recepção e encaminhamento dos autos das ações civis públicas já deflagradas pelos mesmos.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º - Incumbe ao Cartório Unificado de Tutela Coletiva:

I - a atuação dos procedimentos de instrução deflagrados pelos núcleos especializados;

II - a expedição, recepção e controle de ofícios;

III - o monitoramento dos prazos de cumprimento das determinações do defensor público presidente do respectivo procedimento;

IV - o lançamento da movimentação do procedimento de instrução no sistema eletrônico respectivo;

V - o armazenamento dos documentos importantes no sistema eletrônico, tais como Termo de Ajustamento de Conduta, despacho de arquivamento e iniciais de Ação Civil Pública;

VI - atendimento ao público e redução a termo de declarações, denúncias e representações;

VII - apoio aos Defensores Públicos dos Núcleos Especializados com atribuição em tutela coletiva, mormente na elaboração de despachos, peças e recomendações;

VIII - formação de banco de dados acerca de decisões, sentenças e acórdãos, prolatados em Ação Civil Pública deflagrada.

TÍTULO II - DO FUNCIONAMENTO DO CARTÓRIO
CAPÍTULO I - DA DIREÇÃO DA SERVENTIA

Art. 3º - O Cartório Unificado de Tutela Coletiva, que deverá abrir para o público das 11 às 18 horas, será dirigido por um Técnico Superior Jurídico, o qual será responsável pelo expediente do cartório, zelando pela fiel consecução das incumbências estabelecidas no artigo anterior.

Parágrafo Único - Na ausência de servidor público ocupante do cargo de Técnico Superior Jurídico, a chefia da serventia cartorária poderá ser exercida por outro servidor ocupante dos quadros permanentes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II - DOS ATOS DOS SERVIDORES
SEÇÃO I - DA AUTUAÇÃO

Art. 4º - A autuação consiste em compor a base física do procedimento de instrução já devidamente tombado na plataforma web, mediante a colocação de capa própria e inserção do nome do órgão de origem, do apurado e do número do procedimento.

Parágrafo Único - A autuação deverá ser ultimada em 48 horas, a contar do recebimento da portaria de instauração na serventia.

Art. 5º - Os autos deverão ser numerados no canto superior direito de cada folha, sendo certo que, excedendo-se duzentas folhas, deverá ser criado novo volume.

Art. 6º - O encerramento e abertura de novo volume deverão ser precedidos da lavratura dos respectivos termos, em folhas suplementares e sem numeração, sempre observando a sequência do volume encerrado.

Art. 7º - No caso de juntada de quantidade de documentos que exceda a 100 folhas, fica permitida a juntada por linha, ou seja, os documentos serão colacionados em autos anexos, tantos quantos forem necessários, sem a necessidade de proceder à numeração dos mesmos.

Art. 8º - Após a autuação do procedimento, o servidor deverá observar às determinações do Defensor Público que preside a instrução, expedindo ofícios e convites e o que mais for determinado também num prazo de 48 horas.

SEÇÃO II - DA EXPEDIÇÃO E RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS E AUTOS

Art. 9º - Cumpre ao cartório a expedição dos ofícios solicitados pelo defensor público que preside o procedimento de instrução, em três vias: uma a ser entranhada no procedimento de instrução, outra ser enviada ao destinatário, e a última para recibo no protocolo da DPGE e posterior armazenamento em pasta própria.

Parágrafo Único - Sempre que o ofício expedido consignar prazo para manifestação do apurado, o cartório deverá zelar para que os autos sejam remetidos conclusos ao Defensor imediatamente após o término deste prazo.

Art. 10 - Os documentos recebidos no cartório deverão ser anotados em livro protocolo de recebimento, onde será consignada a data, o nome, a matrícula e a assinatura do funcionário responsável.

Art. 11 - Recebido o documento na serventia, o entranhamento do mesmo aos autos deverá ser antecedida do carimbo de juntada com a respectiva data, a fim de se apurar a tempestividade da manifestação.

Art. 12 - Após a juntada do documento, o servidor deverá imediatamente abrir conclusão dos autos ao defensor que preside o procedimento.

Art. 13 - Quando da recepção de autos de ações civis públicas deflagradas, o cartório deverá lançar o carimbo de vista ao órgão de atuação respectivo, a fim de possibilitar o início do prazo de manifestação, e encaminhar os autos imediatamente ao Defensor Público com atribuição para o feito.

Art. 14 - Com a manifestação do Defensor Público nos autos, o cartório deverá providenciar a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, observando o prazo legal de manifestação do órgão.

SEÇÃO III - DA CONSULTA AOS AUTOS

Art. 15 - A serventia poderá disponibilizar os autos para consulta no balcão aos interessados, sendo certo que quando se tratar de advogados e prepostos de empresa ou instituição apurada, os autos poderão ser retirados mediante carga, desde que apresentada à respectiva carta de preposto e procuração, além da identificação do requerente.

Parágrafo Único - A retirada dos autos mediante carga somente se dará após despacho do Defensor Público autorizando tal expediente.

SEÇÃO IV - DO LANÇAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DOS AUTOS

Art. 16 - Todo andamento do procedimento de instrução deverá ser lançado pelo cartório no sistema eletrônico próprio.

Parágrafo Único - Além do lançamento do andamento dos autos no sistema eletrônico, o cartório deverá providenciar o descarregamento na plataforma web das principais peças dos autos, a saber: Termo de Ajustamento de Conduta, despacho de arquivamento e Inicial da Ação Civil Pública eventualmente deflagrada.

SEÇÃO V - DO BANCO DE DADOS

Art. 17 - O cartório deverá armazenar na plataforma web da DPGE, no programa eletrônico específico, as decisões, sentenças e acórdãos proferidos nas Ações Civis Públicas deflagradas pelos Núcleos Especializados.

Parágrafo Único - Além do armazenamento relativo às Ações Civis Públicas deflagradas pelos Núcleos Especializados, o cartório deverá manter banco de dados relativo às decisões, sentenças e acórdãos oriundos de atuação dos demais órgãos legitimados em todo o Estado do Rio de Janeiro, desde que as indigitadas ações tenham sido devidamente registradas no sistema eletrônico próprio, hospedado na plataforma web da DPGE.

TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 - Fica criada a Coordenadoria Geral de Tutela Coletiva dos Núcleos Especializados, com a finalidade específica de administração das rotinas do cartório unificado, a quem o chefe do expediente deverá se reportar em caso de dúvidas e conflitos funcionais.

Parágrafo Único - A Coordenação a que se refere este artigo será exercida em regime de rodízio, renovando-se anualmente, devendo o Coordenador Geral ser escolhido dentre os Defensores Públicos com atribuição para deflagração das Ações Civis Públicas dos Núcleos Especializados.

Art. 19 - Aplicam-se as regras de processamento dos procedimentos de instrução acima descritas (capítulo II - Seções I e II) a todos os órgãos legitimados à propositura de Ação Civil Pública.

Art. 20 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2012

NILSON BRUNO FILHO
Defensor Público Geral do Estado

RESOLUÇÃO DPGE Nº 647 DE 01 DE AGOSTO DE 2012

CRIA, NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SISTEMA DE TOMBAMENTO ELETRÔNICO DOS PROCEDIMENTOS DE INSTRUÇÃO E SISTEMA DE REGISTRO DE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, DISCIPLINANDO, AINDA, A FORMA DE ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONDUÇÃO DO PROCESSO COLETIVO, PARA FINS DE UNIFORMIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- a função da Defensoria Pública de garantir o acesso á justiça dos necessitados, prestando assistência jurídica integral e gratuita;

- a edição da Lei nº 11.448/2007, que alterou a Lei nº 7.347/85 e incluiu a Defensoria Pública no rol dos legitimados para a propositura da Ação Civil Pública, assim como da edição da Lei Complementar nº 132/2009, que ampliou e ratificou esta legitimidade;

- a Resolução DPGE nº 382, de 07 de março de 2007, que instituiu no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro as Coordenadorias de Interesses e Direitos Coletivos;

- a necessidade de regulamentação da atuação dos órgãos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com atribuição para tutela coletiva, na condução dos processos coletivos, com o objetivo de uniformizar e otimizar o exercício das atividades, assim como de se instruir devidamente a ação coletiva ou de se fundamentar suficientemente o respectivo termo de ajustamento de conduta;

- a complexidade de atuação integrada entre órgãos da Defensoria Pública e a necessidade da criação de banco de dados para gerenciamento das atividades; e

- a importância de impedir a concomitância de atuações, assim como de se aprimorar os instrumentos capazes de proporcionar o intercâmbio de informações entre os diversos órgãos com atribuição para tutela coletiva;

RESOLVE:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Defensor Público no exercício das atribuições definidas pela Resolução DPGE nº 382, de 07/03/2007, deverá zelar para a melhor instrução da ação civil pública, podendo promover, se necessário e consoante as peculiares do caso concreto, a instauração, sob sua presidência, de procedimento de instrução (PI), adotando todas as diligências para a efetiva comprovação da ameaça ou da lesão ao interesse ou direito tutelado.

TITULO II - DO PROCEDIMENTO DE INSTRUÇÃO
CAPÍTULO I - DO TOMBAMENTO ELETRÔNICO

Art. 2º - A instauração do PI será feita através de portaria, que deverá ser tombada na plataforma web, de acesso restrito, mediante a utilização de senha, informando-se:

- I - a origem (órgão de execução);
- II - o local de instauração;
- III - o apurado;
- IV - a ementa (resumo do objeto da instrução).

Parágrafo Único - Deverão constar da portaria instauradora os seguintes elementos:

- I - descrição do fato objeto do PI e do respectivo direito coletivo ferido ou ameaçado de lesão;
- II - nome e qualificação do apurado a quem é atribuído o fato, caso já exista indicação;
- III - nome e qualificação do autor da representação encaminhada ao órgão, se for o caso;
- IV - identificação dos meios pelos quais a Defensoria Pública tomou ciência do fato;
- V - determinação das diligências instrutórias.

§ 2º - O Defensor Público, ao iniciar PI pela plataforma web, já estará comunicando a existência do mesmo à Corregedora-Geral, na forma do art. 6º da Resolução DPGE nº 382/2007, tendo em vista mensagem automática gerada pelo sistema.

§ 3º - O Defensor Público com atribuição para tutela coletiva deverá atuar o PI, tombado pela plataforma web, a partir dos documentos gerados pelo próprio sistema, utilizando-se de capa própria, fornecida aos Defensores mediante solicitação.

CAPÍTULO II - DAS PROVIDÊNCIAS INSTRUTÓRIAS

Art. 3º - Para imprimir celeridade e efetividade às diligências adotadas no bojo do PI, poderá o Defensor Público se valer do poder requisitório previsto em lei, necessário ao exercício de suas atribuições.

Art. 4º - Nos autos do referido procedimento o Defensor Público ainda poderá se utilizar de outros instrumentos de instrução, como tomada de declarações, a realização de reuniões, audiências públicas, e a efetivação de diligências e vistorias *in loco*, laborando para que tudo seja devidamente documentado.

§ 1º- Em caso de audiência pública, a organização e a presidência ficarão a cargo do Defensor Público responsável pelo PI, o qual determinará a expedição de edital de convocação, garantindo razoável publicidade no portal DPGE e junto à imprensa local, devendo o mesmo constar:

- I - a data, o horário e o local da reunião;
- II - o objetivo;
- III - o regulamento, com a forma de cadastramento dos expositores, a disciplina e a agenda da audiência;
- IV - o convite de comparecimento aos interessados em geral.

§ 2º - Além do convite genérico para a audiência, o Defensor Público poderá expedir convites para as autoridades, peritos, técnicos e representantes de entidades que estejam envolvidos na questão debatida.

§ 3º - Da audiência pública será lavrada ata circunstanciada, sendo que o seu resultado não vinculará a atuação do Defensor Público.

Art. 5º- No caso de arquivamento do PI na forma do art. 7º da Resolução DPGE nº 382/2007, após retorno do PI do Conselho Superior, deverá o Defensor Público responsável pelo PI, lançar a informação na plataforma web.

Art. 6º - Para cumprir a atribuição definida no art. 2º, IV da Resolução DPGE nº 382/2007, recomenda-se que, além do atendimento pessoal individual, o Defensor Público mantenha contato permanente com a sociedade civil organizada, através dos conselhos previstos legalmente, das associações civis ou das organizações da sociedade civil de interesse público, atuando quando seus integrantes forem, ao menos em parte, hipossuficientes.

TÍTULO III - DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 7º - Todos os Defensores Públicos, antes de protocolizarem ações civis públicas, deverão enviar esforços para a celebração de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85.

§ 1º- No caso de ser firmado TAC (extrajudicial ou judicial) tais informações igualmente deverão ser lançadas na plataforma web, pelo Defensor Público responsável.

§ 2º- O Termo de Ajustamento de Conduta deverá conter:

- I - o nome e a qualificação do apurado;
- II - a descrição das obrigações assumidas;
- III - o prazo para cumprimento das obrigações;
- IV - os fundamentos de fato e de direito;
- V - a previsão de multa cominatória para o caso de descumprimento;

VI - outras informações julgadas pertinentes.

§ 3º - Deverá haver motivação quanto à adequação das obrigações, dos prazos e das condições estipuladas no compromisso, considerando o caso concreto.

TÍTULO IV - DAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Art. 8º - Deflagrada Ação Civil Pública sem a prévia instauração de Procedimento de Instrução, deverá o Defensor Público providenciar o registro da mesma na plataforma web da DPGE, descarregando o respectivo arquivo da petição inicial, mediante a utilização de senha no espaço restrito.

Parágrafo Único - O registro da Ação Civil Pública gerará comunicação eletrônica automática à Corregedoria e ao Cartório Unificado de Tutela Coletiva dos Núcleos Especializados, o que oportunizará a este último o acompanhamento das ações e a alimentação de um banco de dados.

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - Em observância à unidade institucional, com finalidade de conferir soluções uniformes aos casos semelhantes, poderão as Coordenadorias de Interesses e Direitos Coletivos instituídas pela Resolução DPGE nº 382/2007, bem como os assessores do Defensor Público Geral e os da Corregedoria Geral, propor enunciados sobre as matérias relacionadas à sua atuação, os quais, entretanto, não terão caráter vinculante.

Art. 10 - Os TACs e as ações civis públicas distribuídos anteriormente a esta Resolução pelos Defensores Públicos deverão ser encaminhados por via eletrônica, a fim de alimentar banco de dados de ações, devendo este ficar disponível para consulta por todos os agentes.

Art. 11 - Os eventuais procedimentos já instaurados para apurar ameaça de lesão a danos à coletividade deverão ser adequados aos termos da presente Resolução no prazo de 180 dias contados da sua publicação.

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2012

NILSON BRUNO FILHO
Defensor Público Geral do Estado

RESOLUÇÃO DPGE Nº 648 DE 07 DE AGOSTO DE 2012

ALTERA A COMISSÃO PERMANENTE DE VISTORIA DE BENS PATRIMONIAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Alterar a Comissão Permanente de Vistoria de Bens Patrimoniais, nos termos do estabelecido no Decreto Estadual nº 153, de 09.06.75, da seguinte forma:

SERGIO HENRIQUE DE CASTRO, matrícula 952.512-60, membro;
ANDERSON ROCHA SANTOS CARDOSO, matrícula 972.776-9, membro;
ULISSES SOUZA DA SILVA, matrícula 975.898-8, suplente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução DPGE nº 579, de 02.05.2011.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2012

NILSON BRUNO FILHO
Defensor Público Geral do Estado

RESOLUÇÃO DPGE Nº 649 DE 10 DE AGOSTO DE 2012

DISPÕE SOBRE A REIDENTIFICAÇÃO DE ÓRGÃO DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- as disposições do art. 181 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, bem como, o estatuído no art. 24 da que a Lei Complementar nº 06/77, com a nova redação estabelecida pela Lei Complementar nº 95, de 21/12/2000 e as disposições da Lei Complementar nº 80/94, com os acréscimos da Lei nº 132/2009, atribuindo autonomia administrativa à Defensoria Pública do Estado e, conseqüentemente, ao Defensor Público Geral a possibilidade de criação de órgãos de atuação;

- que o pleno exercício da autonomia disposta em sede constitucional impõe a adoção de medidas administrativas, visando à otimização da prestação contínua e ininterrupta do serviço de assistência jurídica integral e gratuita aos juridicamente necessitados;

- a Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de nº 15 de 31.05.2012 que extinguiu a Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Bom Jesus de Itabapoana, bem como a Resolução do referido órgão de nº 16, da mesma data, que definiu a distribuição de competência entre as 1ª e 2ª Varas remanescentes; e

- a necessidade de melhor equacionar a divisão de tarefas entre os órgãos da Defensoria Pública que atuam junto Comarca de Bom Jesus de Itabapoana;

RESOLVE:

Art. 1º- Os órgãos de atuação da Defensoria Pública relacionados no quadro em anexo, coluna I, da presente resolução passam a ter nova denominação, constante da coluna II do mesmo quadro.

Art. 2º- A 1ª DP da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana terá atribuição junto à 1ª Vara e a 2ª DP da referida Comarca atuará junto a 2ª Vara.

Art. 3º - Os dois órgãos de atuação da Defensoria Pública na Comarca de Bom Jesus do Itabapoana terão atribuição para o Núcleo de Primeiro Atendimento.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com validade a contar de 01.09.2012.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2012

NILSON BRUNO FILHO
Defensor Público Geral do Estado

ANEXO ÚNICO

ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO	ÓRGÃOS REIDENTIFICADOS
DP - 1ª Vara Cível/Juizado Especial Cível Adj da Comarca de Bom Jesus de Itabapoana	1ª DP - Comarca de Bom Jesus do Itabapoana
DP - 2ª Vara Criminal/Fazenda/Juizado Especial Criminal Adj da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana	2ª DP - Comarca de Bom Jesus do Itabapoana
DP - Vara de Família, Infância e Juventude da Comarca de Bom Jesus de Itabapoana	1ª DP Regional da Região 9

Id: 1357826

DESPACHOS DA 2ª SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL
DE 25/07/2012

Proc. nº E-20/10.342/2012 - Henrique Guelber de Mendonça
Proc. nº E-20/11.804/2012 - José Danilo Tavares Lobato
Proc. nº E-20/11.356/2012 - Rosely Pollis de Faria Neves
Proc. nº E-20/10.433/2012 - Luiz Otavio de Souza Matta
Proc. nº E-20/10.493/2012 - Ricardo Santa Rosa Arras
Proc. nº E-20/11.803/2012 - Rodrigo Azambuja Martins
Proc. nº E-20/11.806/2012 - Karine Terra de Azevedo Vasconcelos
Proc. nº E-20/10.874/2012 - Isabella Maria de Paula Barbosa
Proc. nº E-20/11.731/2012 - Fábio Luiz Pereira das Silva
Proc. nº E-20/11.746/2012 - Giliane Oliva Porciúncula
Proc. nº E-20/11.728/2012 - Patrícia de Souza Figueiredo
Proc. nº E-20/11.734/2012 - Marina Beatriz Marques da Silva
Proc. nº E-20/10.798/2012 - Cristina Gonçalves Justino da Silva
Proc. nº E-20/11.719/2012 - Hermina Kagan
Proc. nº E-20/11.805/2012 - Angélica Rodrigues da Silveira
Proc. nº E-20/10.634/2012 - Adilson da Costa Azevedo

Plantão Judiciário - Defiro.

DE 01/08/2012

Proc. nº E-20/11.044/2012 - Flávia Pimentel de Oliveira A.de Mattos
Proc. nº E-20/10.403/2012 - Lúcio Machado Campinho
Proc. nº E-20/11.272/2012 - Alessandra Bentes Teixeira Vivas
Proc. nº E-20/10.404/2012 - Alexandra Valesca Magacho Lessa
Proc. nº E-20/11.155/2012 - Luiz Fabiano Oliveira de Faria
Proc. nº E-20/10.383/2012 - Agenor Gomes Pinto Neto
Proc. nº E-20/10.797/2012 - Rômulo Souza de Araújo
Proc. nº E-20/10.608/2012 - Cíntia Andrade Robert
Proc. nº E-20/10.286/2012 - Aline Gama Baptista
Proc. nº E-20/10.171/2012 - Rogério Nunes de Oliveira
Proc. nº E-20/10.385/2012 - Elias Marcelo Barucke Marcondes
Proc. nº E-20/10.260/2012 - Lucia Scisínio Pontes
Proc. nº E-20/10.093/2012 - Eduardo Januário Newton

Plantão Judiciário - Defiro.

DE 02/08/2012

Proc. nº E-20/10.761/2012 - Adilson Kloh Junior
Proc. nº E-20/10.463/2012 - Lúgia Maria Fonseca Serrano Davalle
Proc. nº E-20/11.198/2012 - Rafaela Ribeiro Ivo Tavares
Proc. nº E-20/12.311/2012 - Lincoln César de Queiroz Lamellas
Proc. nº E-20/10.638/2012 - Maria Helena da Cunha Mello
Proc. nº E-20/10.340/2012 - Cecília Kerr Giola Souto Maior
Proc. nº E-20/11.054/2012 - Carla Maria Anuniação Ramos

Plantão Judiciário - Defiro.

Id: 1357827

CORREGEDORIA GERAL
ATO DO CORREGEDOR-GERAL
DE 10.08.2012

DESIGNA a Exmª. Srª. Defensora Pública Dra. **ALESSANDRA BENTES TEIXEIRA VIVAS** para avaliar as Defensoras Públicas Relatadas Dra. **DANIELA VIEIRA SCHLEGEL** e Dra. **ISABELA MONTEIRO MENEZES**, no 4º trimestre de 2011- XXI CECON.

Id: 1357824

DESPACHOS DO CORREGEDOR GERAL
DE 06.08.2012

Processo nº E-20/20.656/2012 - Acolho a suspeição manifestada pela Exmª. Srª. Defensora Pública interessada. **Arquive-se.**

Processo nº E-20/20.855/2012 - Acolho a suspeição manifestada pela Exmª. Srª. Defensora Pública interessada. **Arquive-se.**

Processo nº E-20/20.075/2012 - Acolho a suspeição manifestada pela Exmª. Srª. Defensora Pública interessada. **Arquive-se.**

Processo nº E-20/20.215/2012 - Acolho a suspeição manifestada pela Exmª. Srª. Defensora Pública interessada. **Arquive-se.**

Processo nº E-20/20.585/2012 - Acolho a suspeição manifestada pelo Exmº. Sr. Defensor Público interessado. **Arquive-se.**

Processo nº E-20/20.805/2012 - Acolho a suspeição manifestada pela Exmª. Srª. Defensora Pública interessada. **Arquive-se.**

Processo nº E-20/20.595/2012 - Acolho a suspeição manifestada pelo Exm. Sr. Defensor Público interessado. **Arquive-se.**

Id: 1357825



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NÓS QUEREMOS TE OUVIR!

0800 282 2279

ouvidoria@dpge.rj.gov.br

Av. Marechal Câmara, 314 - Castelo - Rio de Janeiro/RJ

RECLAMAÇÃO • ELOGIO • SUGESTÃO



OUVIDORIA GERAL